

Maria Cristina Bohn Martins*

FRONTEIRAS IMPERIAIS:
A AMAZÔNIA COLONIAL E AS FONTES JESUÍTICAS

Resumo: A avaliação das fontes jesuíticas pode ser importante recurso para a compreensão das disputas travadas em áreas de fronteira dos impérios coloniais na América. Na Amazônia, no período final da União Ibérica, percebe-se um acirramento das tensões entre os jesuítas da Missão de Maynas e os agentes da colonização portuguesa cada vez mais presentes na área. A principal questão do conflito aí instalado residia no interesse de uns e outros pelo acesso aos grupos indígenas da região. Esta situação pode ser percebida de forma muito explícita nas *Relaciones* escritas por Alonso de Rojas e Christóbal de Acuña, religiosos do Colégio Jesuíta de Quito, as quais se constituíram em objeto de análise deste artigo.

Abstract: The evaluation of jesuit sources is an important resource for the understanding of the disputes held by the border areas of the colonial empires of South America. In the Amazon, at the end of the Iberic Union period, an increasing tension between the Mayan Mission jesuits and the more present Portuguese colonization agents is noticed. The main issue of such conflict lay on the interest of some people in the access to the indian groups of the region. This situation could be noticed in a very explicit way at the *Relaciones*, written by Alonso de Rojas and Christobal de Acuña, missionaries in Maynas, which consisted of the object of study of this paper.

Palavras-Chave: Amazônia, fronteiras imperiais, fontes jesuíticas.

Keywords: Amazon, colonial empires, border areas, jesuit source.

Um conjunto de variados tipos discursivos acompanhou o processo de descobrimento, conquista e colonização espanhola da América desde seu princípio. Encontram-se aí diários, cartas e informes, leis, crônicas e histórias por exemplo, além de

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Professora Titular dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. Correio eletrônico: mcris@unisinos.br. Endereço: Av. Unisinos, 950. São Leopoldo, RS, Brasil. A pesquisa para a elaboração deste trabalho contou com o auxílio dos bolsistas de iniciação científica Deise Schell (PIBIC), Davi Jardim (FAPERGS) e Fernanda Giroto (UNIBIC).

alguns textos híbridos e de difícil classificação. Estas narrativas formam um *corpus* textual que pode ser organizado em vários tipos discursivos (Migñolo, 1982), entre os quais encontram-se as “relações do descobrimento e da conquista” como aquelas que, referentes à Amazônia do século XVII, estudamos neste artigo. O que pretendemos aqui é analisar dois documentos elaborados entre 1639 e 1640 por religiosos do Colégio de Quito da Companhia de Jesus, Alonso de Rojas e Christóbal de Acuña, observando as qualidades formais do tipo discursivo adotado pelos autores, bem como as formas pelas quais seu contexto de produção, marcado pelas disputas entre os impérios ibéricos nesta área de fronteira, incide sobre o que veio a ser narrado.

A Amazônia nas crônicas coloniais:

É sabido que o reconhecimento da foz do rio Amazonas pelos europeus ocorreu a partir da iniciativa do andaluz Vicente Yañez Pinzón em fevereiro de 1500 -que o chamou de “Santa María de la Mar Dulce”-, e que, em outra expedição do mesmo ano, Diego de Lepe plantou aí um marco em nome dos soberanos espanhóis. Contudo, as primeiras viagens de navegação pelo rio ocorreram apenas décadas depois, gerando um conjunto de “relações de conquista e descobrimento” que se constituem em importantes fontes para o estudo destes eventos.

Se não considerarmos as informações geradas da expedição de Alonso de Mercadillo¹, a primeira destas narrativas procede da viagem empreendida entre 1541-1542 pelos homens liderados por Gonzalo Pizarro, irmão do famoso conquistador do Peru, em busca da Terra da Canela que se julgava possível encontrar nas áreas quentes e florestadas dispostas a oriente da Cordilheira dos Andes. Acossados por dificuldades, especialmente da fome, o grupo se dividiu em dezembro de 1541 e parte dos homens iniciou uma desesperada viagem pelo rio em busca de alimentos. Sob o comando de Francisco de Orellana, acabaram singrando o poderoso curso d’água até sua desembocadura, aventura que foi narrada por um de seus participantes, o frei dominicano Gaspar de Carvajal.

¹ Tendo deixado Huánaco no Peru em 1538 seguiu o curso do Huállaga para, depois, percorrer trajeto não claramente determinado.

Desta “Relación [...] del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrio por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir a la mar” procedem as primeiras denominações pelas quais o rio será conhecido: “Marañón”, “de Orellana” e, finalmente, “das Amazonas”². Apesar de ter sido redigida por um sacerdote da Ordem de São Domingo, tal narrativa não se ocupa com avaliações sobre as práticas e crenças religiosas das populações contatadas, nem da necessidade de catequizá-las. O que encontramos aí é um relato de justificação dos eventos da jornada e da luta pela sobrevivência de seus componentes, isto a fim de neutralizar as acusações de traição feitas contra eles por Pizarro.

Embora os “marañones”, como foram chamados os protagonistas da expedição, não tenham alcançado os propósitos que os levaram ao Amazonas, as notícias procedentes da sua aventura realimentaram a crença na existência de reinos fabulosos perdidos na região equatorial. Desta forma, o mito do “reino das mulheres guerreiras” descrito por Carvajal acabou associado a outros como o do Lago Dourado, do País das Esmeraldas ou do Paititi. A chegada ao Peru, em 1549, de um contingente de 300 índios tupis que migrara do litoral do Brasil fugindo de ataques de portugueses, e que relataram terem passado por áreas ricas em ouro e pedras preciosas, aumentou o desejo pela realização de novas incursões na área. Desta forma, o vice-rei do Peru, marquês de Cañete, autorizou nova expedição (1559) sob a chefia de Pedro de Ursúa, nomeado governador dos futuros reinos de “omágua e dorado”.

Das narrativas provenientes destas primeiras entradas resulta um significativo conjunto de dados sobre a região. Elas revelam, por exemplo, uma paisagem humana muito diferente daquela pela qual costumamos pensar a Amazônia do século XVI. Efetivamente, estes primeiros textos registram a existência de grandes aldeias, densamente povoadas e portando estruturas públicas e cerimoniais, além de sociedades estratificadas e chefes poderosos, capazes de mobilizar grandes grupos de guerreiros, como no caso das “províncias” de Aparia, Machiparo, Aisuari, Yurimán, entre outros. Não resta dúvida que

² Segundo o Padre João Daniel, missionário jesuíta do século XVIII, este primeiro nome resultou da decepção daqueles que regressaram com Pizarro para Quito e que, às indagações sobre as riquezas sonhadas, respondiam “... que tudo eram maranhas e mais maranhas, [e] queriam dizer que tudo eram matos, lagoas, pântanos, voltas, rodeios e labirintos, por onde tinham andado embaralhados...” (2004, p. 50). A segunda denominação homenageia Francisco de Orellana, “capitán” do grupo que participou da jornada e da navegação do rio até o seu final. O nome que finalmente acabou prevalecendo, resulta das notícias - gestadas também nesta viagem - sobre as lendárias guerreiras da mitologia clássica.

tais “Relaciones” resultam ser documentos capitais para o conhecimento das sociedades indígenas que ocupavam, então, as margens do rio, uma vez que a maior parte delas veio a desaparecer em consequência do domínio colonial sobre o território.

Efetivamente, textos posteriores, como os que avaliaremos a seguir, documentam o processo de ocupação européia na calha do rio, do que resultou o despovoamento da várzea amazônica. Embora ela tenha sido repovoada, depois, por índios “descidos” pela força das áreas de terra firme³ pelas “tropas de resgate”, os padrões anteriores não foram restabelecidos. Afirma Antonio Porro, aqueles que viriam a ser os “caboclos amazônicos”, “assimilaram uma série de técnicas essenciais à sobrevivência na área, mas as antigas sociedades ribeirinhas, altamente integradas e adaptadas àquele ecossistema específico, haviam desaparecido para sempre” (1993, p.08).

Depois desta época, na medida em que escasseiam as Relações escritas como resultado de expedições de conquista, outros importantes textos produzidos por missionários, especialmente jesuítas e franciscanos, documentaram informações sobre as populações indígenas e sobre a dinâmica colonial em curso na área. Entre elas estão aquelas que foram escritas por Alonso de Rojas e Christóbal de Acuña entre 1639 e 1640 respectivamente, e que passaremos a analisar a seguir.

As Relaciones de Rojas e Acuña:

Desde a terceira década do XVII religiosos seráficos e jesuítas passaram a estender suas missões pelo imenso território da floresta amazônica. A presença na área dos padres da Companhia, data de 1638, ano em que Gaspar de Cugia e Lucas de la Cueva, pertencentes à Província Jesuítica de Quito, darão início às famosas Missões de Maynas, as quais receberam o nome pelo qual eram conhecidos os índios primeiramente aí submetidos pelos espanhóis. Às vésperas da expulsão dos padres dos territórios coloniais espanhóis em 1767, esta missão apresentava-se com 152 povoados, considerando as reduções e seus anexos, distribuídos pelas margens dos rios Marañón, Amazonas e seus afluentes, em área que atualmente faz parte dos territórios do Equador, Peru, Colômbia e Brasil. Talvez não

³ Segundo Antônio Porro (1992, p. 177) a história indígena do rio Amazonas se passou, em boa medida, nas áreas da várzea, uma das duas grandes regiões naturais na Amazônia. Ocupando aproximadamente 1,5% ou 2% da superfície total da região (em contraposição a chamada “terra firme”), a várzea corresponde à planície aluvional, isto é, a área sujeita às cheias anuais do rio.

seja demais recordar sobre isto, que as “Ordenanzas sobre Descubrimientos” de 1573, confiavam o descobrimento e a pacificação nas áreas de fronteira principalmente a missionários de Ordens religiosas, os quais deveriam agir com apoio de pequenas escoltas ou guarnições militares.

As circunstâncias que marcam os inícios das missões de Maynas, as especificidades do projeto catequizador jesuítico na região e as relações que se travavam entre índios, soldados e colonizadores espanhóis⁴, e religiosos neste momento, estão narradas com grande riqueza de dados no Informe redigido pelo P^o. Francisco de Figueroa⁵. O texto é uma das principais fontes conhecidas para o estudo das primeiras décadas de existência dos povoados. Nele, além das ricas e detalhadas impressões do próprio Figueroa, encontramos cartas e escritos de outros missionários, inclusive de autoria dos padres Cugia e de La Cueva, os quais, como já dissemos, haviam iniciado a missão na área. Podemos assim acompanhar o processo de sujeição dos já citados maynas, dos jeberos, de cocamillas, cocamas, paranapurás, mayorunas e aguanos, entre outros. Ao lado das informações que permitem entrever as ações dos diversos sujeitos sociais envolvidos no avanço colonial (soldados, colonos espanhóis e portugueses, além de missionários), há também neste conjunto, notáveis informações sobre as sociedades indígenas, suas pautas culturais e as relações que constituíram com europeus, relações estas que podiam assumir formas de oposição, conflito ou mesmo de negociação.

Por sua vez os franciscanos, liderados pelo Superior Laureano de La Cruz, haviam se estabelecido em aldeias na região do Alto Rio Napo, especialmente na província dos “encabellados”, de onde se dirigiam às populações indígenas circundantes. Uma revolta ocorrida na foz do rio Aguarico obrigou a que os freis tivessem que abandonar temporariamente a área, com o que dois deles - Andrés de Toledo e Domingos de Brieva - ,

⁴ Como lembra Fernando Torres Londoño, muitos destes povoadores eram já nascidos na América e a utilização do termo “espanhóis” em referência a eles, justifica-se apenas pelo objetivo de distingui-los dos índios. Ver: Torres-Londoño, 2007, p. 195.

⁵ Figueroa nasceu em Popayán, Nova Granada, por volta de 1607, ingressando na Companhia em 1630. Depois de aprender o quéchua, que os jesuítas pretendiam fosse língua geral para a catequese dos povos amazônicos, ele foi enviado para *San Francisco de Borja*, onde chegou em 1642. O texto foi escrito entre 1659 e 1661, atendendo a uma solicitação do seu Provincial. Figueroa atuou nas Missões de Maynas desde 1642, tendo sido seu Superior entre 1656 e 1665.

em vez de retornar para Quito, decidiram acompanhar um grupo de soldados e iniciar (1636) a descida do rio Amazonas até chegar ao forte de Gurupá (1637)⁶.

Apesar da vigência da União Ibérica, foi com desconforto que os portugueses, estabelecidos na Vila de Nossa Senhora de Belém, tomaram conhecimento da longa e quase inacreditável navegação pelo rio dos leigos franciscanos. Não existem notícias de que esta viagem tenha sido documentada e as informações sobre ela procedem de uma crônica anônima, cuja autoria foi atribuída a um jesuíta do Colégio de Quito: o Padre Alonso de Rojas⁷. Supõe-se que, tendo tido acesso a informações sobre o ocorrido, Rojas escreveu o “Descubrimiento del Rio de las Amazonas y sus dilatadas provincias...”, principal fonte documental da viagem do grupo. A obra teve pouca divulgação e foi editada tão somente entre 1880 e 1889⁸.

Diante da possibilidade de que o conhecimento da rota encorajasse outros empreendimentos espanhóis, o governador Jacobo Raimundo de Noronha, que se encontrava no Maranhão, determinou que rapidamente se organizasse uma frota⁹ para conduzir os franciscanos de regresso às regiões espanholas, subindo o Amazonas e o Napo até Quito. Outro objetivo da expedição, este sigiloso, era que, no regresso, os soldados que acompanhavam a comitiva tomassem posse, para a Coroa Portuguesa, das terras abaixo da região dos omáguas¹⁰.

⁶ Esta fortaleza, construída em 1623 sob o comando do capitão-mor Bento Maciel Parente, marcava aí o ponto extremo da expansão portuguesa. Erguido em meio aos combates contra holandeses e ingleses, o forte tinha localização estratégica, numa das ilhas do conjunto denominado Gurupá, localizado na entrada principal do Amazonas, passagem obrigatória para a entrada no rio.

⁷ Quase nada sabemos sobre Rojas, a não ser que nasceu na Península e que foi reitor do Colégio Máximo de Quito (Ver: Carvajal, Almesto & Rojas, 1986, p. 27).

⁸ Sua primeira impressão foi realizada em Madrid sob a responsabilidade de Jiménez de la Espada, datando de 1889. Segundo Rafael Díaz Maderuelo, responsável pela edição (1986) que utilizamos neste trabalho, ela foi precedida de importante estudo preliminar que chamava a atenção para a incipiente rivalidade entre jesuítas e franciscanos pela evangelização das populações americanas. Assim é que Frei Laureano de la Cruz, responsável missão dos encabellados, escreveu um célebre relato que chamou de “Nuevo descubrimiento del río de Marañón, llamado de las Amazonas, hecho por la Religión de San Francisco año de 1651” (Ver: Carvajal, Almesto & Rojas, 1986, pp. 23-24). O uso do termo “Novo Descobrimiento” pode ser entendido como uma resposta à pretensão dos jesuítas de Quito, de que haveria sido o P^e. Rafael Ferrer, membro da Ordem, o primeiro missionário a atuar nas nascentes do rio, desde junho de 1602.

⁹ A expedição, que contava com 47 canoas, 70 portugueses e quase 2000 índios, entre guerreiros, remadores, mulheres e jovens para serviço, foi capitaneada por Pedro Teixeira, tendo por piloto o português Bento da Costa e como guia o frei Domingos de Brieva.

¹⁰ Os omáguas formavam um grupo étnico muito numeroso temido no grande rio. Habitavam numerosas ilhas e as margens do vale médio do Amazonas. Estes índios causaram forte impressão

O grupo deixou o Pará em 28 de outubro de 1637 (em 47 canoas com 70 soldados portugueses e cerca de 1200 índios e negros) para, dez meses depois de sua partida, encontrar-se em Quito. Neste intervalo protagonizou o feito de, pela primeira vez, navegar o Amazonas e seu formador, o Napo, contra a correnteza em toda a sua extensão, por mais de 4000 quilômetros. A recepção que tiveram os portugueses foi similar àquela que havia sido dispensada aos espanhóis em Belém. Isto é, apesar de organizar festejos protocolares, as autoridades locais manifestavam mal-estar e a preocupação com a presença dos rivais em seus territórios, especialmente no momento em que o movimento pela restauração da coroa portuguesa estava em pleno curso.

Determinou-se, por conseguinte, o rápido regresso dos portugueses, que cumpririam o itinerário inverso daquele que os conduzira até Quito; determinou-se, também, que o grupo fosse acompanhado de observadores encarregados de prestar contas da viagem e de relatar dados sobre a geografia, sobre as populações e possíveis riquezas da região percorrida. O padre Christóbal de Acuña S.J. será especificamente encarregado, pela Audiência de Quito, de produzir, para o Conselho das Índias na Espanha, um relatório completo de sua viagem. A Provisão Real expedida pela Audiência de Quito em nome de Sua Majestade determinava:

[...] particular cuidado em descrever com a maior clareza possível, a distância em léguas, províncias, povoações de índios, rios e lugares específicos que há desde o lugar de embarque até a referida cidade e porto do Pará, o informando-vos disso com a maior exatidão [...], para dar a competente notícia de tudo, como testemunho ocular, ao [...] Real Conselho das Índias” (Apud: Esteves, 1994, p. 18).

O resultado desta ordem foi “O Novo Descobrimento do rio das Amazonas [...] no ano de 1639, pela Província de Quito, nos Reinos do Peru”, obra que o redator dedicou ao poderoso ministro de Felipe IV, o conde-duque de Olivares,. Nas mãos do mais próximo conselheiro do rei, Acuña depositava sua confiança de que a Espanha patrocinasse na região “a conversão de infinitas almas, o enriquecimento da Coroa Real e a defesa e

entre os primeiros observadores europeus, por sua pujança econômica (traduzida na potencialidade da oferta de alimentos), volume demográfico e potencial guerreiro. Cristóbal de Acuña, por exemplo, atesta: “Desde as primeiras notícias, insuflaram-se desejos de submeter toda essa região à jurisdição de Quito, pelas multidões de gentios que a povoam” (Acuña, 1994, p.129).

proteção de todos os tesouros do Peru”, barrando o avanço português pela calha do rio, situação esta que observou e denunciou (Acuña, 1994, p. 35).

Além da rivalidade com os luso-brasileiros, o documento deixa perceber uma outra disputa em curso, a qual dizia respeito ao esforço de franciscanos e jesuítas em firmar sua primazia na comprovação da navegabilidade do rio. Segundo Juliana Pedro (2006, p. 85-86), o Superior dos franciscanos criticou agudamente supostos manejos políticos que teriam favorecido os padres Christóbal de Acuña e Andres de Artieda como acompanhantes autorizados a seguir com a esquadra portuguesa na viagem de regresso desta ao Pará. É fato que religiosos seráficos também participaram da viagem, embora não como seus relatores oficiais. Acompanharam os expedicionários, desta forma, os freis Domingos de Brieva e Agustín de las Chagas, este último na qualidade de capelão do grupo (Pedro, 2006, p. 88). O jesuíta Acuña, entretanto, ao escrever sua “Relación”, subtrai estas presenças da narrativa, ao mesmo tempo em que se empenha em reforçar a qualidade oficial da sua participação, numa tentativa de garantir a autoridade do seu texto diante de outros possíveis relatos.

Contrariamente ao verificado a respeito da obra de Alonso de Rojas que, como dissemos, foi publicada tardiamente, a de Acuña alcançou notoriedade, sendo editada pela primeira vez em Madrid já no ano 1641. De acordo com Antônio Porro, ela vem a ser a “obra mais importante sobre a Amazônia e seus habitantes, escrita até meados do século XVIII” (1993, p. 12).

Sobre as Relaciones

As obras de Carvajal, Ursua, Rojas e Acuña que estivemos até o momento qualificando como “Relaciones”, fazem parte de um conjunto de textos que, para Walter Mignolo, se distinguem das cartas e das crônicas, tanto em seus aspectos pragmáticos, quanto nos organizativos. Segundo este autor, tal vocábulo tinha, no século XVI, o sentido de “informe ou narração de algo que ocorreu”. É no contexto dos discursos gerados no ambiente da conquista e colonização da América que ele vai adquirir o significado mais estreito de “relato ou informe solicitado pela Coroa” (1982, p. 70).

Analisando a questão por este ângulo podemos identificar com clareza a natureza do texto de Cristóbal de Acuña, o “Novo Descobrimento do rio das Amazonas” , que foi escrito a partir de uma determinação oficial. Entretanto, o mesmo não pode ser rigorosamente afirmado para o documento de Alonso de Rojas. Embora adote o nome de “Relación del descubrimiento del Rio de las Amazonas ...”, esta narrativa não foi realizada por um observador direto dos fatos que relata, nem atendeu a um pedido das autoridades do vice-reino.

Sabemos que a solicitação do testemunho e registro escrito das ações de descobrimento e conquista fazia parte do repertório de práticas pelas quais os espanhóis buscavam assegurar a primazia e a legitimidade de suas iniciativas. Era também um expediente da Monarquia para - na medida do possível - acompanhá-las e controlá-las. Dada a condição especial da região amazônica nesta oportunidade isto é, às vésperas da Restauração portuguesa, em que ela se apresentava como área de litígio colocada entre os interesses dos Impérios Luso e Espanhol, Alonso de Rojas preocupa-se em inventariar o espaço, indicar as possibilidades de seu aproveitamento e assinalar pontos vulneráveis à ação de inimigos dos castelhanos. A escolha da Relação como solução narrativa pode, assim, ser explicada pelo caráter estratégico que o autor imprimiu a várias de suas observações.

Como gênero a relação apresentava-se como um ponto de convergência entre o documento legal e as epístolas. Tal como as cartas, ela narrava e informava diversos aspectos da realidade, descrevia e comentava ações e comportamentos; finalmente, incluía reflexões do autor e daqueles que o rodeavam. Como documento legal, se comprometia com a veracidade do narrado e a esta garantia implícita da natureza veraz indicada na utilização da forma oficial de Relação, costumava estar associada, ainda, a utilização do termo “verdadeira”.

O “fazer relación”, como vimos, estava associado à observação direta como base necessária dos conhecimentos e informações reportados no documento. Isto é: o testemunho pretendia ser certificação de verdade do narrado, elemento comum em boa parte das crônicas do período. Lembremos contudo, que uma das principais características das relações reside no fato de que elas não são o registro de uma observação livre de quem escreve, mas respondem a pedidos oficiais. Tal situação, que encontra-se na origem da obra

de Acuña, fica especialmente formalizada desde 1574 em que se codificam as perguntas a serem atendidas nas informações escritas.

Enquanto cartas e crônicas eram modelos clássicos de escrita na época, e seguiam certa tradição discursiva, as relações atendiam a imperativos do momento específico da Conquista, baseando-se nas necessidades de informações para certas circunstâncias e lugares. Apesar disto, podemos distinguir nestas últimas um repertório de dados que deveriam compor o relato: nome das províncias reconhecidas e de suas populações; seus primeiros descobridores e conquistadores; ano do descobrimento; características da geografia e do clima; existência de minas de metais, pedras preciosas ou bancos de pérolas, etc. Forjadas na necessidade do momento, as “relaciones”, como tipo discursivo, deviam, portanto, recolher e ordenar informações sobre as novas terras e povos conquistados. A atenção a esta injunção efetivamente singularizou alguns dos textos aqui em análise.

A Amazônia entre os interesse dos impérios ibéricos:

Realizada sem grandes contingentes humanos, a irradiação portuguesa na Amazônia era, no transcorrer do XVII, um dado concreto. Não resta dúvidas de que o período da União Ibérica (1580-1640), ao “embaralhar” as fronteiras entre os territórios portugueses e castelhanos, contribuiu fortemente para tal situação. O movimento que permitiu aos luso-brasileiros seu avanço na área foi levado a efeito, tanto pelas tropas de resgate e por grupos de exploradores a procura de drogas do sertão, como por religiosos em busca de indígenas para serem nucleados e catequizados.

O avanço dos luso-brasileiros foi uma das principais preocupações ressaltadas por Rojas e Acuña ao longo de suas obras. No segundo caso, duas idéias principais atravessam o texto: a necessidade de ocupação efetiva do território pela Espanha, para deter o avanço português, assim como a de aumentar a presença de religiosos que atuassem na catequese dos grupos indígenas. Ambas preocupações aparecem frequentemente associadas, como quando o jesuíta critica duramente as estratégias empregadas pelos para cativarem-se escravos índios por meio da “guerra justa”:

Tal coisa costumam fazer os portugueses entre os gentios, não com tão bom zelo como a ação demonstra em si, servindo-lhes o santo madeiro da

cruz, levantado em alto título e capa, para disfarçar suas maiores injustiças, como a contínua escravização dos [...] índios que [...] são levados em rebanhos a suas propriedades, para vender alguns deles e servir-se com todo o rigor dos outros (Acuña, 1994, p. 113).

Acuña afirma existir aí uma primazia dos espanhóis sobre os portugueses e dos jesuítas sobre os franciscanos, uma vez que os padres da Companhia “há anos cultivam com sua doutrina, os principais cursos desta nova conquista”. Sua obra, da mesma forma que aquela atribuída a Alonso de Rojas, está assim claramente inserida na disputa pela Amazônia como espaço de conquista e de missionação, contenda em que se enfrentavam as Ordens Religiosas e os demais agentes da colonização, interessados em mão-de-obra e “drogas do sertão”.

O sacerdote não apenas insinua sua posição na própria denominação que atribui à obra (“O Novo Descobrimento”), como, em um de seus parágrafos iniciais, apresenta a entrada dos franciscanos em missão no Amazonas como parte do esforço de “prosseguir a obra de descobrimento deste rio, que fazia mais de trinta anos os padres da Companhia de Jesus tinham começado” (Acuña, 1994, p.41). Percebe-se pois, que mesmo textos cuja destinação imediata era outra, podiam alimentar disputas entre as Ordens pelo direito ao trabalho de catequese dos índios.

Sendo explícita a preocupação de Acuña com o prosseguimento da catequese, sugerindo inclusive que os luso-brasileiros não teriam o mesmo empenho manifestado pelas autoridades castelhanas neste particular, ele insiste com igual veemência em argumentos de natureza política e estratégica para advogar uma mais firme posição de defesa da área. Adverte assim, que a submissão das várias nações indígenas que ocupam o rio permitiria expulsar da sua foz quaisquer inimigos aí estabelecidos ilicitamente, pondo-se “freio e se castigando o mal visto atrevimento dos portugueses” (Acuña, 1994, p.41).

Em mais de uma oportunidade, o jesuíta condena as ações de apresamento feitas por estes. Ele não apenas critica a cobiça com que se lançam à busca de escravos, como o tratamento dispensado aos presos e o desrespeito às mulheres, chegando mesmo a denunciar a hipocrisia que se escondia sob a fórmula legal da “guerra justa”:

E que ninguém diga que o fato destes índios não quererem vender seus escravos seja porque os têm para comê-los em suas bebedeiras, como dizem sem fundamento os portugueses, que andam metidos neste negócio

e com isto querem encobrir sua injustiça. [...]. O que quero convencer é de que não existem em todo este rio açougues públicos onde o ano todo se pesa carne de índios, como propalam aqueles que, argumentando querer evitar semelhante crueldade, praticam crueldades ainda maiores, transformando com seus rigores e ameaças, em escravos aqueles que não o são (Acuña, 1994, p.41).

Devemos lembrar de fato que, para além das tradicionais rivalidades das coroas ibéricas em seus territórios coloniais americanos, a ação dos luso-brasileiros, especialmente dos predadores de escravos índios, era um tema sensível aos jesuítas. Neste mesmo momento, a contingência da União Ibérica facilitava as razias dos paulistas contra os índios aldeados pelos jesuítas ao sul, especialmente nas famosas reduções do Guairá, Tape e Itatim.

Entre os argumentos levantados por Acuña em defesa da ocupação espanhola da área, possivelmente o mais delicado seja aquele que trata da relação com as sociedades indígenas. O padre denuncia o despovoamento de vastas regiões sob domínio espanhol, especialmente daquelas “em que há minas ou outras propriedades de importância que dependem de seu trabalho pessoal”, prejudicando as extração de riquezas a elas associadas” (Acuña, 1994, p. 207).

Acusando a pouca atenção e cuidado que a região vinha merecendo por parte das autoridades espanholas, ele exalta a sua potencialidade:

Este es el famoso río de las Amazonas que corre y baña las más fértiles y pobladas tierras que tiene el imperio del Perú, y sin usar de hipérboles, lo podemos calificar por el mayor y más célebre río del orbe [...] [que] riega los más extendidos reinos, fecunda más vegas, sustenta más hombres, aumenta con sus aguas a más caudalosos oceanos. [...] arenas de oro tiene, tierras riega que atesoran innumerables riquezas [...]. Del río de las Amazonas afirman los que le han descubierto, que sus campos parecen paraísos y sus islas jardines, ... (Acuña, 1994, p. 207).

Mas a região não era rica apenas em prata, ouro e pedras preciosas. Madeiras nobres permitiriam a construção de barcos enquanto plantas medicinais, peixes, aves e frutas diversas ofereciam-se como dádivas a serem colhidas. O clima e as terras seriam favoráveis ao cultivo de tabaco, cacau e cana-de açúcar, excelentes itens de exportação. A

estas condições propícias ele agrega aquela que seria, de fato, a maior riqueza da região e o ponto de interesse primeiro do religioso: o grande número de indígenas que viviam nas margens do rio e de seus afluentes, e que deveria ser alvo da ação missionária.

Uma infinidade de gente e de diferentes nações:

Como vimos, as “Relaciones” deveriam obedecer a uma estrutura formalmente definida, determinando o que devia ser objeto de interesse. Entretanto percebemos, em alguns momentos, que o ato de escrever tinha em conta um duplo referencial: a realidade vivida, que autoriza os sujeitos do discurso a afirmar a verdade de suas anotações, e o corpo integrado pelo conjunto de obras anteriores. O “Novo Descobrimento”, desta forma, dialoga várias vezes com as obras de Gaspar de Carvajal e de Alonso de Rojas¹¹. Ele reitera, por exemplo, as afirmações que testemunhavam a densidade populacional da várzea, o tamanho dos povoados que se distribuíam ao longo dela, em aldeias às vezes muito próximas umas das outras. Apesar da redução da população indígena ao longo do primeiro século de colonização, provavelmente ainda não tão drástica como em outras regiões do Novo Mundo, o jesuíta ainda testemunharia a presença de uma considerável demografia nas margens do rio.

Todo este novo mundo [...] está habitado por bárbaros de variadas províncias e nações, das quais posso dar boa fé enumerando-as por seus nomes e indicando sua localização, algumas de vista e outra por informações de índios que nelas estiveram, passam de cento e cinquenta, [...] tão extensas e tão ocupadas por moradores como a que vimos por todo o trajeto, [...] Tão seguidas estão umas das outras que, dos últimos povoados de uma, em muitos casos se pode ouvir lavar a madeira na outra ... (Acuña, 1994, p. 106).

¹¹ Acuña copia extensas passagens do “Descubrimiento del rio de las Amazonas”, condição que serviu para sustentar a atribuição de autoria de Alonso de Rojas para o manuscrito originalmente anônimo. Ou seja: o fato de os dois autores pertencerem à Companhia de Jesus teria permitido a Acuña valer-se, desta forma, do texto de um irmão de Ordem.

Ao contrário da experiência de Orellana e de seus homens, fustigados por grupos agressivos¹², as referências de Acuña são de que, embora os índios fossem belicosos e vivessem em estado de constante conflitividade uns com os outros, “nenhum tem para com o espanhol atitude hostil, como se notou em toda viagem, na qual nenhum bárbaro jamais se atreveu a usar contra nós, outra defesa do que daquela que usam os covardes prevenidos que é a fuga” (Acuña, 1994, p. 106). A constatação pode refletir que a experiência ensinara aos povos da região sobre a dificuldade em dar combate aos europeus, e que a retirada era a melhor estratégia a ser adotada.

Suas apreciações sobre os indígenas são costumeiramente favoráveis; é gente pacífica, de boa índole e adaptada ao ambiente em que vivem com fartura e bonança. Tal como se esperava de um texto da natureza de uma *Relação*, o autor apresenta uma rica quantidade de informações sobre eles, *corpus* cuja importância cresce na medida em que muitos destes grupos vieram a desaparecer fisicamente nas décadas seguintes. Entre outras coisas mereceram sua atenção: as ferramentas e armas que usavam (na guerra e na caça), os procedimentos para fazerem suas bebidas, práticas de pesca e aprisionamento de tartarugas em armadilhas. O texto informa ainda sobre as redes de trocas que se estabelecem, pela água, entre várias aldeias, incluindo bens de prestígio e bens de uso, como a cerâmica ou os tecidos.

Igualmente importantes são as informações que não se referem ao âmbito da cultura material, como os ritos de hospitalidade, as práticas funerárias, “ídolos” e “feiticeiros”. Embora reconheça “malícia” nas ações destes últimos, Acuña não se vale de adjetivações fortes, nem da demonização dos sacerdotes nativos, de certa forma frequentes na pena dos jesuítas. Ele inclusive revela-se um observador muito sensível ao tratar, por exemplo, do “uso dos escravos que cativam”, percebendo que seu valor era outro que não apenas o econômico, e que as relações travadas neste particular diferiam daquelas conhecidas no Ocidente¹³.

¹² No caminho para a aldeia de Machiparo, por exemplo, e “antes que llegásemos a este pueblo [...] vimos estar blanqueando los pueblos [...] cuando vimos venir por el río arriba gran cantidad de canoas, todas puestas a punto de guerra [...] Traían muy gran grita, tocando muchos atambores y trompetas [...] y amenazandonos que nos habían de comer. [...] los indios se venían acercando [...] y así venían tan ordenadamente y con tanta soberbia, que parecía ya que nos tenían en las manos” (Carvajal, 1986, 60-61).

¹³ Referindo-se aos omáguas diz que “dos escravos que [...] cativam em suas batalhas, servem-se para tudo o que for necessário, tendo-lhes tanta afeição que comem no mesmo prato. Tentar fazer

Enquanto a experiência dos que acompanharam o capitão Orellana ou Guzman e os homens da “Jornada de Omágua” foi marcada pelo medo, pela fome e pelo desespero, Alonso de Rojas e Cristóbal de Acuña puderam elaborar, sobre a Amazônia do século XVII, imagens próximas a de um paraíso terreal, de um “jardim das delícias”. Especialmente em Acuña, a perturbação a este estado próximo do edênico quase nunca é causada pelas condições naturais (“se não houvesse a praga dos mosquitos, poder-se-ia dizer [...] tratar-se de um imenso paraíso”) ou pelos nativos. Ao contrário é a colonização que irrompe com sua carga de desorganização e violência, especialmente naquelas ações cuja culpabilidade o jesuíta deposita entre os luso-brasileiros.

Na época, como agora, sobre a Amazônia alternam-se, pois, as noções de natureza pródiga, riqueza e variedade de recursos que permitem fartura e abundância, com a de terreno hostil, não cultivado, vasto e ameaçador. Novos inventários, produzidos ao longo dos séculos seguintes, especialmente à medida que a região se apresentar como alvo da atenção dos naturalistas, vão contribuir para a constituição do repertório de símbolos e imagens pelo qual habitualmente pensamos sobre ela. Estes novos textos, produzidos a partir de referenciais cognitivos diferenciados daqueles que se constituíram em matéria de exame neste trabalho, não foram, todavia, suficientes para cancelar completamente o referente imaginário que articulou a representação da Amazônia desde o tempo do seu descobrimento.

Para concluir

O significativo conjunto de relatos sobre a Amazônia produzido entre os séculos XVI e XVII por diversos atores sociais (aventureiros, funcionários das Coroas ibéricas ou missionários), foi por bastante tempo desconsiderado. O principal motivo disto foi o

com que os vendam é algo que sentem muito, [...]. Compravam-se deles panos, tecidos e lavrados, que com boa vontade davam. Tratava-se da venda de canoas, que são os cavalos ligeiros nos quais andam, e eles rapidamente estavam de acordo. Mas, ao falar-lhes dos escravos, e apertando-os para que os vendessem, surgia o descompadrar-se, o entristecer-se, [...] mostras evidentes de que [...] mais sentem em vendê-los que com desfazer-se de tudo o mais que possuem” (Acuña, 1994, p. 136 - 137).

entendimento de que eles repertoriavam informações claramente fantasiosas, das quais aquelas relativas às lendárias Amazonas é a mais conhecida.

Ao término do século XVII, mais especificamente em 1691 e 1698 respectivamente, dois importantes novos textos sobre a Amazônia seriam escritos pelos padres Samuel Fritz e João Felipe Bettendorf¹⁴. Os dois jesuítas, um deles atuando em terras do vice-reino do Peru, e outro em espaço já apropriado pelos lusos, revelariam o quanto a orla do rio encontrava-se profundamente transformada, numa dinâmica que acompanha o aumento da pressão colonial na área. Seus testemunhos permitem ver que nem mesmo as aldeias missionárias, erigidas sobre os escombros dos antigos assentamentos indígenas, conseguem resistir às epidemias e fazer uma recomposição da população. Ao mesmo tempo, anunciam uma das mais significativas características assumidas pela colonização europeia da área: a substituição dos grupos ribeirinhos por outros que eram “descidos” pelos agentes da colonização, processo que marcaria uma grande ruptura na história da região. Justamente por isto, “Relaciones” como as que aqui analisamos, apresentam-se como documentos de valor especial para a apreciação da história indígena e colonial na Amazônia.

Referências

ACUÑA, Christóbal de. “Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas. Pelo padre Christóbal de Acuña, Religioso da Companhia de Jesus e Qualificador da Suprema Inquisição Geral, ao qual se foi, e se fez por ordem de sua Majestade, no ano de 1639, pela Província de Quito, nos Reinos do Peru.” In: ESTEVES, Antônio R. (ed). *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. Montevideu: Consejería De Educación de Embajada de España en Brasil; Oltaver, 1994.

ALMESTO, Pedro de. “Relación verdadera de todo lo que sucedió en la jornada de Omagua y Dorado que el governador Pedro de Horsua se fue a descubrir desde el Pirú por un río que llaman de las Amazonas ... tratáse ansi mismo del alzamiento de Don Fernando de Guimarán y Lope de Aguirre” (1559). In: CARVAJAL, ALMESTO & ROJAS, A de. *La*

¹⁴ FRITZ, Samuel. *Diário del Padre Fritz [1691]* Edición de Hernán Rodriguez Castelo, s/l, 1997, e BETTENDORFF, João Felipe [1698]. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. s/l, 1910.

aventura del Amazonas. Ed. de Rafael Díaz. Madrid: História 16, 1986 (Crónicas de América 19).

BETTENDORFF, João Felipe [1698]. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. s/l, 1910.

CARVAJAL, Gaspar de. “Relación que escrebió Fr. Gaspar de Carvajal, Fraile de la Orden de Santo Domingo de Guzmán, del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que Descubrio por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir a la mar, con cincuenta y siete hombres que trajo consigo y se echo a su ventura por el dicho rio, y por el nombre del capitan que le descubrio se llamo el Rio de Orellana”. In: CARVAJAL, ALMESTO & ROJAS, A de. *La aventura del Amazonas*. Ed. de Rafael Díaz. Madrid: História 16, 1986 (Crónicas de América 19).

CARVAJAL, ALMESTO & ROJAS, A de. *La aventura del Amazonas*. Ed. de Rafael Díaz. Madrid: História 16, 1986 (Crónicas de America 19).

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígema. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 09 – 24.

DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

ESTEVES, Antônio R. (ed). *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. Montevideu: Consejería De Educación de Embajada de España en Brasil; Oltaver, 1994.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FRITZ, Samuel.. *Diário del Padre Fritz*. Edición de Hernán Rodríguez Castelo, Quito, 1997.

MIGNOLO, Walter D. “Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento y de la conquista.” In: MADRIGAL, Iñigo (ed). *Historia de la literatura hispanoamericana* (Época colonial). Madrid: Cátedra, 1982, pp. 57-116.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista Espiritual. Hecha por los Religiosos de la Compañía de Jesus en las provincias de Paraguay, Parana, Uruguay y Tape.* (1639) Estudio preliminar y notas Dr. Ernesto J. A. Maeder. Rosario: Equipo Difusor de Estudios de Historia Iberoamericana, 1989.

PASTOR, Beatriz. *Discursos narrativos de la conquista: mitificación y emergencia.* Hanover: Ediciones del Norte, 1988.

PEDRO, Juliana de Castro. *Embates pela memória: narrativas de descoberta nos escritos coloniais da Amazônia Ibérica.* Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp008079.pdf>>. Acessado em 05 de dezembro de 2006.

PORRO, Antonio. *As Crônicas do rio Amazonas. Notas Etno-Históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia.* Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. “História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII.” In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil.* São Paulo: Cia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 175-196.

ROJAS, Alonso de “Relación del Descubrimiento del Rio de las Amazonas y sus dilatadas Provincias y Relación del Descubrimiento del río de las Amazonas, hoy San Francisco de Quito, y declaración del mapa onde está pintado ...” (1639). In: CARVAJAL, ALMESTO & ROJAS, A de. *La aventura del Amazonas.* Ed. de Rafael Díaz. Madrid: História 16, 1986 (Crónicas de America 19).

SCHWARTZ, Stuart B. e LOCKART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TAYLOR, Anne Christine. “História pós-colombina da alta Amazônia.” In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 213-238.

TORRES LONDOÑO, Fernando. Contato, guerra e negociação: redução e cristianização de Maynas e Jeberos pelos jesuítas na Amazônia no século XVII. *História Unisinos*, v. 4, p. 192-202, 2007.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens Míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. IN: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio (org.). *Os Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 03-31.